

Documento define três alternativas

O *discount bond* prevê desconto de 35% sobre o principal e renderá a *libor* mais 0,825% ao ano, cerca de 4,3%, hoje. Terá 30 anos de prazo e o governo brasileiro garante o pagamento do principal e dos juros.

Para garantir o pagamento, o Brasil irá comprar o chamado *zero coupon bond*, um título do governo americano com o mesmo prazo de 30 anos de vencimento. O Brasil garantiu gastar até US\$ 1,6 bilhão na operação. O restante será completado por dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Os bancos credores que optarem por trocar a dívida velha por *new money bond* também vão contribuir para essa compra, pois essa conversão implica trocar um dólar por outro, com o credor desembolsando mais 20% e com prazo de 18 anos e carência de 10 anos. O *new money bond* vai render a *libor* mais 0,875% ao ano, o equivalente a cerca de 4,4%, hoje. Ou seja, para dólar de dívida velha, o banco recebe um título de US\$ 1,20. O desembolso das garantias será feito de forma gradual. A garantia dada pelo *zero coupon bond*, na verdade, é uma compra de um título do Tesouro americano que deverá valer exatamente a dívida do principal daqui a 30 anos.

No caso de todos os bancos optarem pelo *discount bond*, o que é improvável, o Brasil teria de gastar, já, US\$ 3,6 bilhões, montante que valerá os US\$ 32,5 bilhões devidos ao final do prazo de validade do título (30 anos). O pagamento dos juros também está garantido. O governo brasileiro irá desembolsar, à vista, o pagamento antecipado das duas parcelas de juros semestrais a vencer em uma instituição estrangeira custodiante. O Brasil vai pagar normalmente os juros semestrais e a garantia permanecerá depositada até o vencimento do título. "Na verdade, então, o prazo de 30 se reduz para 29 anos", lembra Wiegerinck. "Foi a forma de criar uma salvaguarda para qualquer problema de fluxo de caixa do Brasil."

O terceiro título é o *par bond*. Essa opção simplesmente troca a dívida velha pela nova, pelo mesmo valor, mas prevê o pagamento de uma taxa de juros fixa, que deverá ser de 4,5% no primeiro ano, chegando a 6,25% no sétimo ano. O prazo do papel é de 30 anos. "As idéias são simples e boas para ambos os lados", explicou Wiegerinck. "O Brasil pode começar vida nova a partir de agora pois tem todas as chances para cumprir seus compromissos, bastando administrar seu caixa." O acordo prevê, ainda, que parte dos US\$ 2,7 bilhões referentes à renegociação de 1988 (troca de parte da dívida velha daquela época por outro título, o *parallel finance*) poderá ser utilizada na compra de empresas estatais, assumindo o lugar dos extintos MYDFAs (*multi year facility agreement*).